

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

### Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$234 milhões (31/12/2016 - R\$137 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$98 milhões (31/12/2016 - R\$31 milhões).

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo Circulante</b>		<b>246.980</b>	<b>120.426</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>86.221</b>	<b>34.300</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>48</b>	<b>83</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>86.221</b>	<b>34.300</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>4.18.4.12.c</b>	<b>239.697</b>	<b>113.989</b>	Fiscais e Previdenciárias	4.8	33.096	11.105
Carteira Própria		239.697	113.989	Diversas	4.9	53.125	23.195
<b>Outros Créditos</b>		<b>7.235</b>	<b>6.354</b>	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>3.357</b>	<b>2.717</b>
Renditas a Receber		467	147	<b>Outras Obrigações</b>		<b>3.357</b>	<b>2.717</b>
Créditos Tributários	4.4	189	272	Diversas	4.9	3.357	2.717
Diversos	4.5	6.579	5.935	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.11</b>	<b>234.315</b>	<b>136.614</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>76.911</b>	<b>53.201</b>	Capital Social:			
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>4.3&amp;4.12.c</b>	<b>66.991</b>	<b>44.093</b>	De Domiciliados no País		95.349	95.349
Carteira Própria		66.991	44.093	Reservas de Capital		1.869	1.869
<b>Outros Créditos</b>		<b>9.920</b>	<b>9.108</b>	Reservas de Lucros		137.097	39.396
Créditos Tributários	4.4	634	541				
Diversos	4.5	9.286	8.567				
<b>Permanente</b>		<b>2</b>	<b>4</b>				
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>4.6</b>	<b>2</b>	<b>4</b>				
Outras Imobilizações de Uso		292	292				
(Depreciações Acumuladas)		(290)	(288)				
<b>Intangível</b>	<b>4.7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
Outros Ativos Intangíveis		285	285				
(Amortizações Acumuladas)		(285)	(285)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>323.893</b>	<b>173.631</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>323.893</b>	<b>173.631</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
	<b>95.349</b>	<b>1.869</b>	<b>8.379</b>	<b>64.219</b>	-	<b>169.516</b>
4.11.b	-	-	-	(64.000)	-	-
	-	-	-	-	30.798	30.798
4.11.c	-	-	1.540	-	(1.540)	-
4.11.c	-	-	-	14.629	(14.629)	-
4.11.c	-	-	-	14.629	(14.629)	-
	<b>95.349</b>	<b>1.869</b>	<b>9.919</b>	<b>29.477</b>	-	<b>136.614</b>
	-	-	-	(34.742)	-	<b>(33.202)</b>
	-	-	-	-	97.701	97.701
4.11.c	-	-	4.885	-	(4.885)	-
4.11.c	-	-	-	46.408	(46.408)	-
4.11.c	-	-	-	46.408	(46.408)	-
	<b>95.349</b>	<b>1.869</b>	<b>14.804</b>	<b>122.293</b>	-	<b>234.315</b>
	-	-	-	(4.885)	-	<b>(4.885)</b>
	-	-	-	-	53.950	53.950
4.11.c	-	-	2.698	-	(2.698)	-
4.11.c	-	-	-	25.626	(25.626)	-
	<b>95.349</b>	<b>1.869</b>	<b>14.804</b>	<b>122.293</b>	-	<b>234.315</b>
	-	-	-	(2.698)	-	<b>(2.698)</b>
	-	-	-	-	53.950	53.950

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo Circulante/Realizável a Longo Prazo</b>		<b>714.038</b>	<b>369.968</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>150</b>	<b>12</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>4.2</b>	<b>352.664</b>	<b>271.392</b>
<b>Outros Créditos</b>		<b>361.224</b>	<b>118.564</b>
Bens Retomados ou Devolvidos		118	105
Direitos junto a Consorciados Contemplados		361.106	118.459
<b>Compensação</b>		<b>8.866.565</b>	<b>2.986.293</b>
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		47.719	19.050
Contribuições Devidas ao Grupo		4.524.837	1.538.283
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar		4.294.009	1.428.960
<b>Total do Ativo e Compensação</b>		<b>9.580.603</b>	<b>3.376.261</b>
<b>Passivo Circulante Exigível a Longo Prazo</b>		<b>714.038</b>	<b>389.968</b>
<b>Outras Obrigações</b>		<b>714.038</b>	<b>389.968</b>
Obrigações com Consorciados		301.632	69.888
Valores a Repassar		15.489	10.649
Obrigações por Contemplações a Entregar		238.034	142.114
Recursos a Devolver a Consorciados		117.141	131.310
Recursos do Grupo		41.742	36.007
<b>Compensação</b>		<b>8.866.565</b>	<b>2.986.293</b>
Recursos Mensais a Receber de Consorciados		47.719	19.050
Obrigações do Grupo por Contribuições		4.524.837	1.538.283
Bens ou Serviços a Contemplar - Valor		4.294.009	1.428.960
<b>Total do Passivo e Compensação</b>		<b>9.580.603</b>	<b>3.376.261</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**  
A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e tem como objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. As operações da Santander Brasil Consórcio são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
As demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio. As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e nas variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.  
As Demonstrações dos recursos de Consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios foram elaboradas conforme a carta Circular 3.147/04.  
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.  
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas pelos Administradores na reunião realizada em 12 de março de 2018.

### 3. Principais Práticas Contábeis

**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Brasil Consórcio.  
**b) Apuração do Resultado**  
A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida a partir da primeira Assembleia do Grupo para a primeira parcela e taxa de adesão e posteriormente nos recebimentos mensais, ambas registradas em receitas de prestação de serviços. As despesas de comissões de venda de cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da venda e registradas em outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.  
**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**  
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.  
**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.  
**e) Títulos e Valores Mobiliários**  
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:  
I - títulos para negociação;  
II - títulos disponíveis para venda;  
III - títulos mantidos até o vencimento.  
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:  
(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e  
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.  
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.  
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.  
**f) Permanente**  
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos ativos e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

**(1.1) Imobilizado de Uso**  
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.  
**(1.2) Intangível**  
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.  
**g) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**  
A Santander Brasil Consórcio é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, quando independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.  
As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.  
As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

### Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos totais atingiram R\$324 milhões (31/12/2016 - R\$174 milhões). Desse montante destacamos R\$307 milhões de Títulos e Valores Mobiliários (31/12/2016 - R\$158 milhões).

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias atingiu R\$33 milhões (31/12/2016 - R\$11 milhões) e Outras Obrigações - Diversas atingiu R\$56 milhões (31/12/2016 - R\$26 milhões) representadas, principalmente, por Recursos não Procurados - Grupos Encerrados. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 12 de março de 2018  
Os Administradores

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>10.541</b>	<b>21.271</b>	<b>19.175</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		10.541	21.271	19.175
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>10.541</b>	<b>21.271</b>	<b>19.175</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>70.084</b>	<b>125.694</b>	<b>27.133</b>
Receitas de Prestação de Serviços	4.13	101.668	173.870	41.663
Outras Despesas Administrativas	4.14	(6.739)	(11.405)	(6.651)
Despesas Tributárias	4.15	(15.001)	(25.814)	(6.902)
Outras Receitas Operacionais	4.16	611	1.159	1.816
Outras Despesas Operacionais	4.17	(10.455)	(12.116)	(2.793)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>80.625</b>	<b>146.965</b>	<b>46.308</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>72</b>	<b>72</b>	<b>72</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>80.697</b>	<b>147.037</b>	<b>46.308</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>4.18</b>	<b>(26.747)</b>	<b>(49.336)</b>	<b>(15.510)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(19.338)	(36.012)	(11.182)
Provisão para Contribuição Social		(7.342)	(13.334)	(4.163)
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido		(67)	10	(165)
<b>Lucro Líquido</b>		<b>53.950</b>	<b>97.701</b>	<b>30.798</b>
Nº de Cotas (Mil)	4.11.a	95.349	95.349	95.349
Lucro Líquido por Lote de Mil Cotas (em R\$)		565,82	1.024,67	323,00

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
<b>Atividades Operacionais</b>		<b>53.950</b>	<b>97.701</b>	<b>30.798</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>1.127</b>	<b>1.649</b>	<b>1.036</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>		<b>4.14</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Depreciações e Amortizações		4,14	1	2
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		67	(10)	165
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Obrigações Legais	4.10.c	1.258	2.142	1.439
Atualização de Impostos a Compensar	4.16	(183)	(451)	(528)
Atualização de Depósitos Judiciais	4.16	(16)	(34)	(44)
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(55.089)</b>	<b>(99.385)</b>	<b>32.140</b>
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(75.401)	(148.606)	24.496
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(523)	(1.198)	1.701
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		30.334	75.152	14.695
Imposto Pago		(9.699)	(24.733)	(8.752)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>(12)</b>	<b>(35)</b>	<b>63.974</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(64.000)</b>
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	4.11.b	-	-	(64.000)
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(64.000)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(12)</b>	<b>(35)</b>	<b>(26)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>		<b>60</b>	<b>83</b>	<b>109</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício 4.1&amp;4.12.c</b>		<b>48</b>	<b>48</b>	<b>83</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 4.3 Títulos e Valores Mobiliários

#### Resumo da Carteira por Categorias e Abertura por Vencimento

	Valor do Custo		Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
	Amortizado/Contábil 31/12/2017	Amortizado/Contábil 31/12/2016				
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>						
<b>Títulos Privados</b>						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	72.325	99.319	-	5.335	66.990	72.325
Cotas de Fundo de Investimento - Renda Fixa <sup>(1)</sup>	234.363	58.763	234.36			

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

<sup>(1)</sup> Riscos Fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

<sup>(2)</sup> Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

### d) Provisões para Riscos Fiscais

**Auto de Infração (IRPJ)** - a Santander Brasil Consórcio discute em processo administrativo a cobrança supostamente indevida, pela Receita Federal, de IRPJ do período de 2008, em razão de divergência nas declarações apresentadas.

Em 31 de dezembro de 2017, esse processo totaliza aproximadamente R\$854.

### e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

### f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cotas contempladas para os grupos já encerrados.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

### g) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações com classificação de perda possível de natureza cível, totalizaram em R\$826 e de natureza fiscal, totalizaram em R\$325.

### 4.11 Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 95.349 mil cotas, no valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), todas de domiciliados no País.

#### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição dos lucros da Santander Brasil Consórcio é efetuada de acordo com a situação financeira da empresa e com a conveniência dos sócios na data de deliberação, podendo distribuir dividendos, segundo as regras descritas, por conta de lucros apurados em balanços intermediários ou intercalares.

Em 23 de março de 2016, foram provisionados dividendos com base nas Reservas Estatutárias no montante de R\$64.000. O pagamento foi efetuado em 30 de março de 2016.

#### c) Reservas

Conforme estabelecido no contrato social da Santander Brasil Consórcio, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos.

#### Reserva para Reforço do Capital de Giro

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro, com a finalidade de garantir meios financeiros para a operação da Sociedade.

#### Reserva para Equalização de Dividendos

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Equalização de Dividendos, com a finalidade de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Tais reservas deverão ser periodicamente capitalizadas para que o respectivo montante não ultrapasse o saldo do capital social da Sociedade.

### Reserva Legal

A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. adota, ainda, a Reserva Legal para assegurar a integridade do capital social, à qual são destinados 5% do lucro líquido do exercício até alcançar o limite de 20% do capital social.

### 4.12 Partes Relacionadas

#### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Santander Brasil Consórcio é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Brasil Consórcio não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2017 e 2016, não foram registrados despesas com honorários para a Administração.

#### b) Participação Acionária

A Santander Brasil Consórcio é controlada pelo Banco Santander que possui participação direta de 95.349 mil cotas, equivalentes a 99,99998% do capital social e participação indireta através da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. de 20 cotas, equivalentes a 0,00002% do capital social, perfazendo uma participação total de 100%.

#### c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações são as seguintes:

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)	(Passivos)	(Despesas)
<b>Disponibilidades (Nota 4.1)</b>	48	-	83	-
Banco Santander <sup>(1)</sup>	48	-	83	-
<b>Títulos e Valores Mobiliários <sup>(2)</sup> (Nota 4.3)</b>	72.325	10.264	99.319	9.755
Banco Santander <sup>(1)</sup>	72.325	10.264	99.319	9.755
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 4.14 e 4.17)</b>	(131)	(10.708)	-	(3.714)
Banco Santander <sup>(1)</sup>	(131)	(10.708)	-	(3.714)
<b>Despesas com Doações</b>	-	(330)	-	(250)
Santander Cultural	-	(330)	-	(250)

<sup>(1)</sup> Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcio (Nota 4.12.b).

<sup>(2)</sup> Composto por certificados de depósitos bancários - CDB, de emissão do Banco Santander.

### 4.13 Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Administração de Grupo de Consórcio	171.299	41.220
Serviços Prestados a Consorciados	2.571	443
<b>Total</b>	<b>173.870</b>	<b>41.663</b>

### 4.14 Outras Despesas Administrativas

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2017	31/12/2016
Processamento de Dados	54	76
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.415	453
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 4.12.c)	5.476	3.714
Comunicações	242	54
Serviços do Sistema Financeiro	2.566	1.580
Depreciações e Amortizações	2	4
Outras	1.650	770
<b>Total</b>	<b>11.405</b>	<b>6.651</b>

## DIRETORIA

Nilton Sérgio Silveira Carvalho

## CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Amancio Acúrcio Gouveia

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas  
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2017 e das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercícios findos nessa mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2017 e das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre e exercícios findos nessa mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 13 de março de 2018

**Maria José de Mula Cury**  
Contadora CRC 1SP192785/O-4